



Ministério da Saúde  
Departamento Nacional de Auditoria do SUS  
Coordenação-Geral de Auditoria  
Coordenação de Análise de Demandas de Auditoria

PARECER Nº 70/2020-COADE/CGAUD/DENASUS/MS

Brasília, 03 de fevereiro de 2020.

**Ref.:** Requerimento s/nº D.R. J., de 15 de agosto de 2019.

**Interessado:** Cidadão de iniciais D. R. J.

**Assunto:** Denúncia de possíveis irregularidades na aplicação dos recursos do SUS, no Município de Igarapava - SP.

**NUP SEI nº:** 25000.141785/2019-19.

**Demanda nº 91.813**

1. O Cidadão de iniciais D.R.J. representou junto à Secretaria de Atenção Especializada à Saúde – SAES/MS denúncia em desfavor do Prefeito Municipal de Igarapava – SP, Dr. José Ricardo Rodrigues Mattar, referente à desapropriação de área particular pertencentes à família do Diretor Municipal de Saúde de Igarapava – SP, para construção de 100 casas habitacionais, financiadas com recursos federais SUS, destinados a “Media e Alta Complexidade”.

1.1. Em anexo (SEI nº 0010873886) ao Requerimento consta:

1.1.1. Lei Municipal nº 832, de 5 de fevereiro de 2019 (fls. 4 a 8 - SEI nº 0010873886), da qual destacamos:

*"Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública e de interesse social, para fins de desapropriação, área de terra situada na zona urbana de Igarapava/SP, de propriedade da Oreste, [...].*

*Art. 2º A área a que se refere o artigo 1º desta Lei destina-se ao Projeto de Construção de 100 (cem) para fins habitacionais, através de CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo.*

*Art. 3º Fica o Poder Executivo, por meio do Departamento Jurídico, autorizado a adotar as providências necessárias à efetivação da desapropriação de que trata a presente Lei, por via amigável ou judicial, consignando as indenizações à conta das dotações próprias do orçamento vigente.*

*[...].*

*Art. 7º - Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial, de que trata o art. 3º decorrem da anulação parcial e ou total das dotações do orçamento vigente, nos termos do art. 43, § 1º, III da Lei nº 4.320/64.*

0204 – DEPARTAMENTO DE SAÚDE  
 020401 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 10 30100150 1048 0000 – Aquisição de Ambulância  
 4.4.90.52.00 – Aquisição de Material Permanente  
 Fonte de Recursos: 08 Emenda Parlamentar Individual  
 Valor total do crédito: R\$ 193.000,00  
 10 301 0150 1055 0000 – Repasse Santa Casa – incremento Mac  
 3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pj  
 Fonte de Recursos: 08 Emenda Parlamentar Individual  
 Valor Total do crédito: R\$ 300.000,00  
 [...]."

1.1.2. Lei Municipal nº 847, de 26 de março de 2019 (fls. 9 - SEI nº 0010873886), da qual destacamos:

*"Art. 1º. Fica alterada a redação do art. 1º da Lei nº 832 de 05.02.2019, passa a vigorar com a seguinte redação:*

*Art. 1º. – Fica declarada de utilidade pública e de interesse social, para fins de desapropriação, área de terra situada na urbana de Igarapava/SP [...]: deste segue confrontando com a propriedade de ESPÓLIO DE ORESTES SOARES DOS SANTOS [...]"*

1.1.3. Lei Municipal nº 833, de 5 de fevereiro de 2019 (fls. 13 a 15 - SEI nº 0010873886), da qual destacamos:

*"Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública e de interesse social, para fins de desapropriação, área de terra situada na zona urbana de Igarapava/SP, de proprietário de Oreste Soares dos Santos [...].*

*Art. 2º - A área a que se refere o art. 1º desta Lei destina-se ao Projeto de ampliação do Cemitério Municipal de Igarapava – SP.*

*Art. 3º Fica o Poder Executivo, por meio do Departamento Jurídico, autorizado a adotar as providências necessárias à efetivação da desapropriação de que trata a presente Lei, por via amigável ou judicial, consignando as indenizações à conta das dotações próprias do orçamento vigente.*

*Art. 7º - Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial, de que trata o art. 3º decorrem da anulação parcial e ou total das dotações do orçamento vigente, nos termos do art. 43, § 1º, III da Lei nº 4.320/64.*

0204 – DEPARTAMENTO DE SAÚDE  
 020401 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 10 30100150 1041 0000 – Aquisição de Ambulância  
 4.4.90.52.00 – Aquisição de Material Permanente  
 Fonte de Recursos: 08 Emenda Parlamentar Individual  
 Valor total do crédito: R\$ 25.000,00  
 10 30100150 1042 0000 – Aquisição de Ambulância  
 4.4.90.52.00 – Aquisição de Material Permanente  
 Fonte de Recursos: 08 Emenda Parlamentar Individual  
 Valor total do crédito: R\$ 80.000,00"

2. Os autos da presente demanda foram encaminhados a este Departamento por intermédio do Despacho s/nº-NUJUR/SAES/MS, de 6 de janeiro de 2020 (SEI nº 0012991232), referenciando a Nota Informativa nº 1.271-CGCCS/DRAC/SAES/MS, de 11 de dezembro de 2019 (SEI nº 0011761849), a qual conclui que os autos fossem encaminhados a este Departamento *"para verificar a execução das ações e dos serviços de saúde desenvolvidos no âmbito do SUS em conformidade com as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde"*.

3. Da Nota Informativa nº 1.271-CGCSS/DRAC/SAES/MS, de 11 de dezembro de 2019 (SEI nº 0011761849) destacam-se os seguintes pontos:

a) *"O artigo 4º da citada Portaria (Portaria nº 395-GM/MS, de 14 de março de 2019, (SEI nº 0012360624), define que o destino da aplicação das emendas parlamentares para o incremento temporário do Teto de Média e Alta Complexidade", dar-se-á da seguinte forma:*

- para custeio de ações e serviços relativos à atenção em MAC, das *unidades públicas sob gestão de Estados, Distrito Federal e Municípios*; e
- para custeio de ações e serviços relativos à atenção em MAC, das unidades de propriedade ou gerenciadas por *entidades privadas sem fins lucrativos contratadas, conveniadas ou com instrumento congênere firmado com o ente beneficiado e o gestor local do SUS, nos termos do parágrafo único do art. 24 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.*

b) segundo o que estabelece a Portaria de Consolidação nº 6 *os recursos federais do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar transferidos aos estados e municípios, mensalmente, de forma regular e automática, se destinam ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde relacionados ao respectivo bloco."*

4. Como observado nos normativos apontados nos autos, os recursos objeto da presente demanda, transferidos aos estados, Distrito Federal e municípios tem destinação específica, não podendo ser aplicados fora das ações e serviços públicos de saúde da atenção de MAC ambulatorial e hospitalar. No entanto, os fatos, objeto da presente representação, relatam a existência de possíveis desvios na finalidade da aplicação dos mencionados recursos, uma vez que o Município em questão, por meio de um ato normativo, destina os recursos do MAC para a aquisição de terreno para construção de 100 casas para habitação e, em outro ato normativo destina os recursos para aquisição de terreno para instalação de um cemitério.

5. Desse modo, conforme consta nos autos, encontra-se comprovada a destinação irregular dos recursos destinados ao custeio de ações e serviços públicos de saúde de MAC, o que pode ser constatado pelos atos normativos do gestor municipal, de domínio público, donde decorre o entendimento de que não cabe atuação deste Departamento, no caso em tela.

6. Com base no exposto, sugere-se o encaminhamento dos autos à SAES/MS, área técnica responsável pelo controle finalístico da presente demanda, em face das providências relativas à devolução ao FMS, dos recursos destinados de forma indevida, contrariando a previsão legal por parte do gestor municipal.

7. Posto isso, sugere-se o encaminhamento à CGAUD para, se de acordo:

- a) encaminhar os autos à SAES/MS, para que tome conhecimento deste Parecer e providências sugeridas no item 6 deste Parecer; e
- b) oferecer resposta ao Cidadão de iniciais D. R. J, conforme sugerido no item 6 deste Parecer.

RAIMUNDA NONATA CARLOS FERREIRA  
Assistente Social - SIAPE nº 1100382

COADE/CGAUD:

1. De acordo.
2. À CGAUD, conforme sugerido.

JOSÉ CARLOS DA FONSECA  
Coordenador de Análise de Demandas de Auditoria

CGAUD/DENASUS

1. De acordo.
2. Encaminhe-se para prosseguimento do processo, conforme sugerido.

GERMANO DE OLIVEIRA FARIAS  
Coordenador-Geral de Auditoria



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Azevedo Costa, Diretor(a) do Departamento Nacional de Auditoria do SUS**, em 19/03/2020, às 13:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Germano de Oliveira Farias, Coordenador(a)-Geral de Auditoria**, em 20/03/2020, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Carlos da Fonseca, Coordenador(a) de Análise de Demandas de Auditoria**, em 20/03/2020, às 17:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raimunda Nonata Carlos Ferreira, Assistente Social**, em 27/03/2020, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.saude.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0013371714** e o código CRC **2D490FDF**.

Referência: Processo nº 25000.141785/2019-19

SEI nº 0013371714

Coordenação de Análise de Demandas de Auditoria - COADE  
SRTV 702, Via W5 Norte - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70723-040  
Site - [saude.gov.br](http://saude.gov.br)

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: JULIO TERUO HAYAKAWA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-YFQM-6TWK-51Q6-4QJl